



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 020/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 2947/2012 (2 Vols.).**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão/Entidade:** Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru-INTRANS

4- **Exercício:** 2011.

5- **Responsável:** Sr. Betanael da Silva D'Angelo (01/01/2011 a 22/11/2011) e Sr. Gilson Nascimento Nonato, Diretores-Presidentes do IMTRANS. (23/11/2011 a 31/12/2011).

6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 681/2015 (fls.302/303).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 931/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl.3041).

8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Conta. Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru. Exercício 2011.

Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo. Recomendações ao INTRANS. Ofício ao Conselho Regional de Contabilidade. Ofício a Receita Federal. Notificação aos interessados. Determinação a próxima Comissão de Inspeção.

9- **ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Quanto às contas da gestão do **Sr. Betanael da Silva D'Ângelo**:

9.1.1 – **Julgar irregulares** as Contas do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte – IMTRANS, exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Betanael da Silva D'angelo**;

9.1.2 – **Aplicar multa** ao Sr. **Betanael da Silva D'angelo**, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), na forma do artigo 54, II da Lei nº 2.423, de 1996, e 308, VI da Resolução Nº 04, de 2002 – TCE/AM, pelas razões especificadas nos itens 13, 14, 15, 20, 22, 23, 24, 25, 29, 31, 33, 34 e 35 deste Relatório-Voto;

9.1.3 – **Aplicar multa** ao Sr. **Betanael da Silva D'angelo**, no valor de **R\$ 4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais) na forma dos artigos 54, III, da Lei nº 2.423, 1996, e 308, V da Resolução Nº 04, de 2002 – TCE/AM, pelas razões especificadas nos itens 26, 27 e 28 do Relatório-Voto;

9.1.4 – **Considerar em alcance** o Sr. **Betanael da Silva D'angelo** para imputação de glosa no valor de **R\$ 474,16** (quatrocentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), pelas razões especificadas no item 32 do Relatório-Voto;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 020/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.1.5 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento dos débitos a ele imputados nos itens 9.1.2, e 9.1.3 aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423, de 1996 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04 de 2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.1.6 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento dos débitos a ele imputados nos itens 9.1.4 aos cofres da Fazenda Municipal de Manacapuru, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423, de 1996 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04 de 2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.2 – Quanto às contas da gestão do Sr. Gilson Nascimento Nonato:

9.2.1 – Julgar irregulares as Contas do Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte – IMTRANS, exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Gilson Nascimento Nonato**;

9.2.2 – Aplicar multa ao Sr. **Gilson Nascimento Nonato**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma do artigo 54, II da Lei nº 2.423, de 1996 e do artigo 308, VI da Resolução nº 04, de 2002, pelo exposto no item 41, 43 e 44 do Relatório/Voto;

9.2.3 – Aplicar multa ao Sr. **Gilson Nascimento Nonato**, de **R\$ 4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais) na forma dos artigos 54, III, da Lei nº 2.423, 1996, e 308, V da Resolução Nº 04, de 2002 – TCE/AM, pelas razões especificadas no item 42 do Relatório-Voto.

9.2.4 – Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento dos débitos a ele imputados nos itens 9.2.2 e 9.2.3 aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2.423, de 1996 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04 de 2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa Estadual e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.3 – Recomendar ao Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte – IMTRANS que:

9.3.1 – Seja observado e cumprido os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art. 4º da Resolução nº 07, de 2002–TCE/AM c/c o § 1º, art. 15, da Lei Complementar nº 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24, de 2000;

9.3.2 – Seja observado o princípio contábil de especificidade nos Demonstrativos Financeiros, principalmente nas contas do Balanço Financeiro;



ACÓRDÃO Nº 020/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.3 – Observe com maior rigor os procedimentos prescritos pela Lei Nº 8.666, de 1993, para a correta execução do processo licitatório;

9.3.4 – Implante os mecanismos de controle patrimonial e, também, de fluxo de material no Almoxarifado.

9.3.5 – Propiciar condição necessária para acompanhamento, melhoria da qualidade das próximas inspeções e apuração de eventual reincidência - através dos seguintes procedimentos:

a) Promova, junto à Câmara Municipal de Manacapuru, a criação por lei de todos os cargos necessários ao desempenho das atribuições do IMTRANS, uma vez que o Decreto de 21 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura organizacional do ente, não pode ser considerado instrumento hábil para a criação de cargos públicos, os quais devem somente podem ser criados por lei;

b) Que após a criação dos cargos públicos, tome as medidas necessárias à realização de concurso público (art. 37, inciso II, CF) o mais breve possível;

c) Toda contratação de mão de obra temporária que configure vínculo empregatício para com a autarquia seja precedida de processo seletivo simplificado em atenção ao disposto no art. 1º, § 4º da Lei Municipal nº 148/2011;

d) Formalize devidamente eventuais contratos de funcionários temporários, em atenção ao disposto no art. 80 da Lei Municipal nº 148/2011;

e) Providencie pastas funcionais para todos os funcionários e/ou servidores para fins de efetuar os registros devidos e conter a documentação pertinente aos funcionários;

f) Formalize adequadamente os processos de pagamento de diárias de modo a que contenham prova da publicação das portarias de designação, relatório de viagem, tudo com indicação clara e suficiente dos objetivos a serem e que foram atingidos;

g) Elabore e disponibilize na sede da autarquia, em meios impresso e digital, relatórios completos das GFIP's;

h) todos os processos de pagamento ao INSS nas pastas de empenho estejam acompanhados de documentos comprobatórios da liquidação da despesa, tais como GPS mecanicamente autenticada;

i) elabore planilhas de cálculo das contribuições devidas ao INSS evidenciando a memória de cálculo das contribuições, com atenção especial para as alíquotas aplicáveis e promova o recolhimento regular das contribuições devidas ao INSS.

9.4 – Oficiar o Conselho Regional de Contabilidade sobre as restrições contábeis encontradas na Prestação de Contas do Instituto Municipal de Trânsito de Manacapuru, exercício de 2011, com cópia do Relatório Conclusivo Nº 037/2012 – DICAMI, das Informações Nº 41/2014–DICAMI e Nº 681/2015–DICAMI e, também dos Pareceres Nº 96/2013-MP-ESB e Nº 2789/2014-MP-ESB, do Relatório/Voto, e deste Acórdão;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 020/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5 – Oficiar a Receita Federal acerca das impropriedades encontradas no que concerne às contribuições previdenciárias devidas pelo Instituto Municipal de Trânsito de Manacapuru, exercício de 2011 com cópia do Relatório Conclusivo Nº 037/2012 – DICAMI, das Informações Nº 41/2014–DICAMI e Nº 681/2015–DICAMI e, também dos Pareceres Nº 96/2013-MP-ESB e Nº 2789/2014-MP-ESB, do Relatório/Voto, e deste Acórdão;

9.6 – Notificar os Srs. **Betanael da Silva D'Ângelo e Gilson Nascimento Nonato** com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso;

9.7 – Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das determinações efetuadas à origem, sob pena de multa à IMTRANS em caso de reincidência, conforme o artigo 308, IV, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10-Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 20 de Janeiro de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral